ANDERSON CORTEZ MENDES

Sobre os limites objetivos da apelação civil

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo- SP

2018

ANDERSON CORTEZ MENDES

Sobre os limites objetivos da apelação civil

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

Nome: MENDES, Anderson Cortez

Título: Sobre os limites objetivos da apelação civil

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Direito Processual.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

A Gabriele, não só por cuidar tão bem das nossas filhas, mas por debater e revisar todo o trabalho que ora se apresenta. Obrigado por participar de cada passo da minha caminhada nessa fascinante jornada que é o viver.

A Júlia e Lívia, luzes que me iluminam nas etapas mais íngremes e sinuosas. Um simples sorriso torna tudo plano e retilíneo.

A Gilberto Antonio Capiotto, que se gradou tardiamente e chegou ao fim do seu trajeto sem realizar o sonho de continuar seus estudos. A Daniel Young Chi, que talvez cansado de pintar por essas trilhas, partiu para colorir outras com sua arte.

Agradeço ao Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli que, mesmo sem conhecer então seu autor, acreditou no seu projeto. Auxiliou-o a lhe dar substância. Podou seus excessos quando foi necessário. Se dessa dissertação colherem-se frutos, vieram também por suas mãos.

RESUMO

MENDES, Anderson Cortez. **Sobre os limites objetivos da apelação civil**. 2018. 263 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A entrada em vigor do Código de Processo Civil, em 18 de março de 2016, tornou necessário revisitar os limites objetivos da apelação. Correspondem às pretensões, pontos, questões e provas que podem ser objeto de cognição pelo órgão recursal, por ocasião da interposição do recurso. Assim, na presente dissertação, examina-se a profundidade e a extensão da devolução, assim como a disciplina da superveniência. Objetiva-se, pois, fixar a medida que as pretensões deduzidas pelas partes comportam novo julgamento e eventualmente decisão direta pelo órgão *ad quem*; estabelecer quais elementos produzidos frente ao órgão *a quo* devem ser considerados; investigar a devolução das questões decididas antes da sentença; e enfrentar a possibilidade de admissão de novas alegações e a produção de novas provas. No que toca à extensão da devolução, analisa-se a limitação da cognição aos capítulos impugnados; a aplicação da teoria da causa madura e a correção de nulidades em segundo grau de jurisdição. Segue-se com o estudo da profundidade da devolução, com o tratamento do que se deve conceber como matéria impugnada, questões suscitadas e discutidas no processo, fundamentos do pedido ou da defesa não apreciados em primeiro grau de jurisdição, matérias cognoscíveis de ofício e questões anteriores à sentença, decididas ou não. Cuida-se, ainda, da *reformatio in peius*, que limita, bem como dos honorários de sucumbência e da aplicação de sanções processuais, que ampliam a cognição em grau de recurso. Finaliza-se com o debate acerca da possibilidade de arguição de fato novo, fato superveniente e direito superveniente. Com efeito, conclui-se que pretensões, pontos, questões e provas que não foram objeto de apreciação em primeiro grau de jurisdição podem ser conhecidas quando do julgamento da apelação, nas hipóteses expressamente admitidas pelo legislador. Quebra-se, portanto, o dogma da supressão de instância, com o reconhecimento de que o duplo grau de jurisdição não se impõe, por si só, constituindo-se como mero corolário do devido processo legal.

Palavras-chave: Direito processual civil. Recursos. Apelação. Limites objetivos. Devolução. Extensão e profundidade. Superveniência.

ABSTRACT

MENDES, Anderson Cortez. **The objective limits of civil appeal**. 2018. 263 p. Dissertation (Master's Degree) - Law School, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The Civil Procedure Code, which became effective on 18 March, 2016, requires that the objective limits of the appeal are reconsidered. Such limits are the claims, arguments, issues, and evidence that may be reviewed by the appellate court when the appeal is presented. Therefore, this work discusses the depth and breadth of the review, as well as the discipline of supervenience. The objective, then, is to determine how the claims presented by the parties may be subject to a new trial and eventually to an initial decision by the appellate court; to determine which defenses offered before the lower court should be considered; to study the review of matters decided prior to sentencing; and to address the possibility that new arguments and new evidence may be admissible. With regard to the breadth of review, this work analyzes the limitation of review to challenged sections; the application of the mature cause theory (“teoria da causa madura”) and the correction of voidabilities at the appellate level. Then it explores the depth of review, the question of what should constitute challenged matter, issues raised and discussed in the proceeding, arguments in support of a claim or of a defense not analyzed by the court of first instance, matters subject to *ex officio* review and issues that precede sentencing, settled or not. It also addresses *reformatio in pejus*, which limits, and the burden of defeat fees and procedural sanctions, which expand the scope of review on an appellate level. It concludes with the debate about the admissibility of new facts, supervening facts and supervening rights. Indeed, it concludes that claims, arguments, issues, and evidence that have not been reviewed by the court of first instance may be admitted by the appellate court when expressly allowed by lawmakers. Hence, the dogma of suppression of instance is broken by recognizing that the right of appeal is not self-imposed, but a simple corollary of due process of law.

Keywords: Civil procedural law. Remedies. Appeal. Objective limits. Review. Breadth and depth. Supervenience.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
1 PREMISSAS.....	
1.1 Conteúdo e <i>status</i> do duplo grau de jurisdição.....	
1.2 Demanda.....	
1.2.1 Causa de pedir.....	
1.2.2 Pedido.....	
1.3 Estabilização dos elementos objetivos da demanda.....	
1.4 O mérito e o objeto do processo civil.....	
1.5 Princípio dispositivo e matérias cognoscíveis de ofício.....	
1.6 Provimentos jurisdicionais e seus capítulos.....	
1.7 Preclusão e coisa julgada.....	
2 O RECURSO DE APELAÇÃO CIVIL.....	
2.1 Conceito.....	
2.2 Natureza e funções.....	
2.3 Hipóteses de cabimento e requisitos de admissibilidade.....	
2.4 A causa de pedir e o pedido na apelação.....	

2.5	O mérito e o objeto do processo na apelação.....
2.6	A manutenção da ineficácia da sentença (“efeito suspensivo”) e outros “efeitos” da apelação.....
2.7	O agravo de instrumento contra as decisões parciais terminativas e de mérito.....
3.	A DEVOLUÇÃO NA APELAÇÃO.....
3.1	Extensão.....
3.1.1	Apelação e capítulos da sentença.....
3.1.2	Aplicação da teoria da causa madura no segundo grau de jurisdição.....
3.1.2.1	Apelação contra sentença terminativa e contra a sentença que reconhece a prescrição ou a decadência.....
3.1.2.2	Apelação contra sentença nula.....
3.2	Profundidade.....
3.2.1	Matéria impugnada.....
3.2.2	Questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha conhecido por inteiro; fundamentos do pedido ou da defesa, embora acolhido em primeiro grau de jurisdição apenas um deles.....
3.2.3	Matérias cognoscíveis de ofício na apelação civil.....
3.2.4	Questões anteriores à sentença, decididas ou não.....

3.3	<i>Reformatio in peius</i>.....
3.4	Honorários de sucumbência em grau recursal.....
3.5	A aplicação de sanções processuais pelo órgão recursal.....
4	A SUPERVENIÊNCIA NA APELAÇÃO.....
4.1	Fato novo, fato superveniente e direito superveniente.....
4.2	Fato novo, fato superveniente e direito superveniente no segundo grau de jurisdição.....
	CONCLUSÃO.....
	BIBLIOGRAFIA.....

INTRODUÇÃO

A busca pela efetividade e razoável duração do processo, bem como a necessidade de sistematização das alterações que foram introduzidas ao longo da sua vigência no Código de Processo Civil de 1973, levaram o legislador a optar pela elaboração de um novo diploma processual. Assim, foi instituída a comissão de juristas destinada a elaborar o anteprojeto de novo Código de Processo Civil pelo ato do Presidente do Senado Federal n. 379/09, culminando na sanção pela Presidente da República, em 16 de março de 2015, da Lei n. 13.105. De rigor, pois, ao jurista revisitar os temas clássicos à luz do novel diploma, que entrou em vigor em 18 de março de 2016¹.

Entre a variada gama de modificações consagradas, os limites objetivos da apelação civil sofreram sensíveis alterações. Limites objetivos correspondem à pretensões, pontos, questões e provas que podem ser objeto de cognição pelo órgão recursal por ocasião da interposição do recurso. Logo, pretende-se examinar no presente estudo a extensão e a profundidade da devolução pela apelação do material produzido em primeiro grau, assim como a disciplina da superveniência no segundo grau de jurisdição, sob o prisma do Código de Processo Civil de 2015. Verifica-se a disciplina do tema, sobretudo, nos seus artigos 1.002, 1.013 e 1.014². Entretanto, outros dispositivos do diploma legal têm incidência na regulação da matéria, como os artigos 342, *caput* e inciso I, e 493.

Almeja-se responder às indagações sobre em que medida no recurso de apelação as pretensões deduzidas pelas partes comportam novo julgamento e eventualmente o conhecimento direto pelo órgão *ad quem*, bem como os elementos de cognição produzidos frente ao órgão *a quo* devem ser considerados. De outro lado, suprimido o agravo retido e restringidas as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, investigar a devolução das questões decididas no curso do procedimento em primeiro grau de jurisdição. Por fim, enfrentar a admissão de novas alegações e a produção de novas provas por ocasião do seu julgamento.

¹ Cf. STJ, Enunciado Administrativo n. 1.

² As referências a dispositivos desacompanhadas da indicação do diploma correspondem ao Código de Processo Civil vigente no Brasil e, tratando-se de legislação estrangeira, ao estatuto processual vigente no respectivo país.

Com efeito, a despeito das alterações verificadas na legislação brasileira nas ondas de renovação que acometeram o processo civil, a aplicação dos dispositivos que disciplinam a profundidade e a extensão da devolução no julgamento da apelação, bem como a superveniência perante o órgão recursal, vem ocorrendo de forma aquém dos imperativos de efetividade e razoável duração do processo. Fundadas em dogmas como o da supressão de instância, doutrina e jurisprudência têm se valido de exegese que não galga extrair do recurso toda a aptidão que lhe foi conferida pelo legislador, impondo o retorno do processo ao primeiro grau de jurisdição para novo julgamento, quando o tribunal, incontinenti, deveria dar adequada solução às pretensões exercidas, sem qualquer prejuízo aos direitos e garantias das partes.

Como premissas inerentes ao tratamento dos limites objetivos da apelação, procede-se ao breve estudo do *status* e do conteúdo do duplo grau de jurisdição no ordenamento jurídico pátrio; da demanda, com enfoque nos seus elementos objetivos e na disciplina da sua estabilização; do mérito e do objeto do processo civil; das matérias cognoscíveis de ofício e do princípio dispositivo; dos provimentos jurisdicionais e seus capítulos; da preclusão e da coisa julgada. Analisa-se, outrossim, o conceito, a natureza, as hipóteses de cabimento e os requisitos de admissibilidade de seu conhecimento; a causa de pedir, o pedido, o mérito e o objeto do processo na apelação; a contenção da eficácia da sentença (“efeito suspensivo”) e outros de seus “efeitos”. Cuida-se, ainda, da assimilação havida entre o agravo de instrumento interposto contra as decisões parciais terminativas e de mérito e a apelação, a fim de se perquirir o alcance daquele pela disciplina dos limites objetivos desta.

Adentrando aos seus limites objetivos, estuda-se a extensão da devolução, com a apreciação da limitação da cognição aos capítulos impugnados; a aplicação da teoria da causa madura e a correção de nulidades em segundo grau de jurisdição. Segue-se com a profundidade da devolução na apelação, com a matéria impugnada, as questões suscitadas e discutidas no processo, os fundamentos do pedido ou da defesa não apreciados em primeiro grau de jurisdição, as matérias cognoscíveis de ofício e as questões anteriores à sentença, decididas ou não. Trata-se da *reformatio in peius*, dos honorários de sucumbência e da aplicação de sanções processuais em grau de

recurso. Finaliza-se, então, com o debate acerca da possibilidade de arguição de fato novo, fato superveniente e direito superveniente frente ao órgão recursal.

Para desenvolvimento das questões propostas, além da análise da doutrina nacional e estrangeira, serão colacionadas algumas das soluções dadas pela jurisprudência. Tem-se por objetivo extrair do arcabouço normativo que rege o tema interpretação que dote de maior efetividade a disciplina normativa dos limites objetivos do recurso de apelação, sem a provocação de qualquer prejuízo às partes.

CONCLUSÃO

Os limites objetivos do recurso de apelação englobam a devolução gerada pela sua interposição e a superveniência em segundo grau de jurisdição. A devolução por sua vez, deve ser vista das perspectivas da sua extensão e da sua profundidade. Em especial, a extensão da devolução rege-se pelo artigo 1.002; a profundidade da devolução, pelo artigo 1.013; e a superveniência, pelos artigos 342, *caput* e inciso I, 493, e 1.014. Por sua vez, o agravo de instrumento, ordinariamente, tem devolução limitada às questões arroladas nas razões do inconformismo manifestado pelo agravante e àquelas cognoscíveis de ofício. Não obstante, no caso do seu manejo contra decisões parciais terminativas e de mérito, há que se reconhecer que o recurso ostenta limites objetivos idênticos à apelação.

A apelação, em nosso sistema processual, volta-se à anulação ou reforma de uma sentença ou de uma decisão interlocutória não impugnável por meio de agravo de instrumento. Assume vestes, primordialmente, de *revisio prioris instantiae*. Assim, tem por objetivo a crítica da decisão impugnada com amparo no material de cognição produzido perante o juízo *a quo*. Entretanto, nas hipóteses expressamente previstas pelo legislador, admite o *ius novorum*, de sorte que pontos, questões e provas podem ser levados diretamente ao conhecimento juízo *ad quem*.

A atividade do órgão recursal, no julgamento do recurso, fica adstrita ao conjunto das demandas deduzidas em primeiro grau de jurisdição. Nessa linha de ideias, ressalvadas as exceções tipificadas em lei, causa de pedir, pedido e *causa excipiendi* não comportam alteração, tampouco o mérito ou objeto litigioso do processo. Contudo, respeitados esses limites, a decisão do juízo da apelação pode ter por substrato tanto o material transferido do juízo inferior quanto aquele perante si diretamente produzido, quando admitido. Destarte, o objeto do processo pode permanecer o mesmo, reduzir-se ou ampliar-se em segundo grau de jurisdição.

A devolução consiste na transferência do exame da decisão impugnada ao órgão jurisdicional eleito pelo legislador, para que profira um novo julgamento, tendo em conta as matérias cuja cognição é permitida pela ordem jurídica. A sua extensão corresponde aos capítulos da decisão impugnada que serão objeto do novo

juízo, ao passo que a sua profundidade, ao material que pode ser utilizado na sua elaboração.

Como regra, ao se manejar a apelação, não se pode desejar mais do que foi pedido no ato de postulação inicial e que seria possível obter no provimento jurisdicional de mérito, ou, então, bem da vida ou situação jurídica diversa. Entretanto, o recorrente pode postular que lhe seja outorgado menos ou somente parte do que pediu em primeiro grau. Com efeito, a apelação pode impugnar total ou parcialmente a decisão recorrida, confrontando todos os seus capítulos, ou não. Os limites horizontais da devolução são delineados pelo requerimento de anulação ou reforma levado a efeito pelo apelante, devendo ser compreendido à luz dos fundamentos alinhavados nas razões recursais. O julgamento do órgão recursal, então, subordina-se não só às demandas deduzidas, mas também aos limites do inconformismo dos sucumbentes. Logo, a extensão da devolução restringe-se aos capítulos impugnados e àqueles que deles são dependentes. O tribunal não pode desbordar do requerido pelo apelante, avançando sobre capítulos da decisão que não foram objeto de impugnação, sob pena de nulidade. Opera-se a formação da coisa julgada sobre os capítulos que não foram alvo de irresignação. A atuação não é ilimitada sequer no conhecimento das questões de ordem pública e de outras matérias cognoscíveis de ofício. Mesmo a questão prejudicial que se sujeita ao trânsito em julgado material deve ser objeto de expressa impugnação pela parte a quem prejudica a esfera de direitos. Do contrário, sua devolução à cognição do tribunal ficará restrita às hipóteses em que presente relação de dependência com os capítulos impugnados. Nessa ordem de ideias, o apelante, ao interpor o seu recurso, estabelece quais das suas pretensões rechaçadas e quais das pretensões adversárias acolhidas em primeiro grau deseja impugnar.

A interposição da apelação pode desencadear a cognição de questões, inclusive de mérito, que não foram objeto do provimento jurisdicional que ataca. É admissível, inclusive, que o tribunal venha a anulá-la, com a prolação de novo julgamento, não se limitando à sua reforma. A teoria da causa madura, pois, aplica-se em segundo grau de jurisdição, permitindo a devolução para além dos capítulos impugnados. Assim se verifica, em rol exemplificativo, quando reformada a sentença que extinguiu o processo, sem resolução de mérito, ou reconheceu a prescrição ou a decadência; ou, ainda, quando decretada a nulidade do julgado impugnado por deficiência de fundamentação ou inobservância da regra da congruência, adstrição ou correlação entre a decisão de mérito e

as demandas veiculadas. O reenvio dos autos do processo ao juízo *a quo* somente se justifica fora das hipóteses retratadas no artigo 355, que cuida do julgamento antecipado do mérito.

A despeito de limitada a extensão da devolução, sua profundidade é ampla. Dentro dos capítulos impugnados e dos dependentes, variada gama de pontos, questões e provas são submetidas ao conhecimento do órgão recursal. Nesse diapasão, o artigo 1.013, *caput* e §§ 1º e 2º, deve ser interpretado em consonância ao artigo 1.002. Os limites verticais da devolução são definidos pelas razões da apelação principal e, eventualmente, daquele interposta na forma adesiva, pelas contrarrazões e pelas matérias reputadas cognoscíveis de ofício pelo ordenamento jurídico. Por conseguinte, não só o recorrente, mas também o recorrido e a lei ostentam aptidão para fornecer material para cognição do órgão recursal. Nessa esteira, prescindível, em algumas hipóteses, sua veiculação nas razões ou contrarrazões do recurso, do conhecimento da questão pelo juiz singular ou, ainda, da sua dedução em primeiro grau de jurisdição. Validamente, afora a matéria impugnada, são englobadas pela profundidade dos limites objetivos da apelação as questões suscitadas e submetidas ao contraditório no juízo *a quo*, ainda que a decisão impugnada não as tenha solucionado, sobretudo porque prejudicadas; as matérias cognoscíveis de ofício, embora não enfrentadas em primeiro grau de jurisdição; e as questões anteriores à sentença, objeto de decisão, desde que não impugnável por agravo de instrumento, ou não decididas.

Preserva-se, no entanto, a estabilização da demanda e a regra da eventualidade no juízo *ad quem*. Do mesmo modo, as preclusões verificadas em desfavor das partes no juízo *a quo*, em geral, incidem na mesma medida. Em consequência, a inovação decorrente da dedução de fatos principais embora provados, de fatos secundários não comprovados, de fundamentos de defesa não cognoscíveis de ofício e de efeito jurídico diverso daquele afirmado inicialmente pela parte demandante é defesa.

No julgamento da apelação, a decisão não pode resultar em efeito prático desfavorável ao apelante em qualquer hipótese, vedando-se a *reformatio in peius*, salvo expressa disposição legal. Restando o recorrente integralmente vencido, o tribunal deve majorar, se abaixo do teto legal, os honorários advocatícios devidos em favor do patrono do recorrido. O órgão recursal deve aplicar sanções processuais pela prática de ato

atentatório à dignidade da justiça e por litigância de má-fé em segundo grau de jurisdição, admitindo-se, nos limites dos capítulos impugnados e daqueles que lhes são dependentes, revalorize a conduta das partes em primeiro grau de jurisdição. Os limites objetivos do recurso, pois, são restringidos na primeira hipótese, enquanto são ampliados nas demais.

A interposição do recurso de apelação permite que pontos que não puderam ser conhecidos pelo juízo *a quo* porque ocorridos posteriormente à sentença ou, simplesmente, desconhecidos, integrem o objeto do julgamento pelo juízo *ad quem*. Busca-se que o provimento jurisdicional tanto quanto possível retrate o substrato fático e jurídico havido no momento de sua prolação. Desta forma, o fato novo, o fato superveniente e o direito superveniente devem ser objeto de cognição pelo tribunal, com observância do contraditório e garantia da possibilidade de produção das provas eventualmente necessárias. A superveniência constitui-se em exceção à estabilização da demanda, podendo, inclusive, provocar a alteração dos seus elementos objetivos em grau recursal, mantida, sem embargo, sua essência individualizadora.

No conhecimento direto de questões, inclusive de fato, pelo órgão recursal verifica-se a admissão do *ius novorum*. Inexiste violação ao duplo grau de jurisdição, pois, como mero corolário do devido processo legal, sua observância será cogente tão-somente quando imposto pelo legislador como etapa de legitimação procedimental do provimento jurisdicional. A apelação conduz ao reexame do processo, mas não exige que haja duplicidade de pronunciamentos sobre o mérito. Ausente, principalmente, o imperativo de que todas as questões que são objeto do processo venham a ser, necessariamente, conhecidas por ao menos duas vezes e por dois órgãos jurisdicionais diversos situados em hierarquia diferente na organização judiciária.

Quebra-se, portanto, o dogma da supressão de instância pela solução de questões pelo tribunal sem sua apreciação pelo juízo inferior, com o reconhecimento de que o duplo grau de jurisdição não se impõe como garantia ou regra de índole constitucional, sequer como princípio expresso ou implícito na Constituição Federal. Supressão indevida de instância haverá apenas e tão-somente quando uma questão que deveria ser posta frente ao órgão inferior para decisão é levada diretamente ao órgão superior. Não se consuma quando o legislador lhe faculta a arguição diretamente junto ao

órgão recursal, como nos casos de fato novo, de fato superveniente e de direito superveniente.

BIBLIOGRAFIA

ABDO, Helena Najjar. *Abuso do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ABRANTES GERALDES, António Santos. *Recursos no novo Código de Processo Civil*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2016.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo, Malheiros: 2012.

AMBRIZZI, Tiago Ravazzi. *Julgamento fracionado do mérito no processo civil brasileiro*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

AMORIM, José Roberto Neves. *Coisa julgada parcial no processo civil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *A apelação e seus efeitos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. *Ordem pública e processo*. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO CINTRA, Antônio Carlos de. *Sobre os limites objetivos da apelação civil*. Tese. São Paulo: [s.n.], 1986.

_____; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Coisa julgada progressiva e resolução parcial de mérito*. Curitiba: Juruá, 2008.

ARAÚJO, Luciano Vianna. *Sentenças parciais?* São Paulo: Saraiva, 2011.

ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Manual dos recursos*. 6. ed. São Paulo: Revista Tribunais, 2014.

ATTARDI, Aldo. Le preclusioni nel giudizio di primo grado. *La riforma del processo civile*. Verona: CEDAM, 1992, p. 94-114.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Ainda a origem e introdução da apelação no direito lusitano. *Revista da Faculdade de Direito*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 90, p. 67-82, 1995.

BADARÓ, Gustavo Henrique Ivahy. *Ônus da prova no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A função social do processo civil moderno e o papel do juiz e das partes na direção e na instrução do processo. *Revista brasileira de direito processual*. Uberaba/Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Vitória Artes Gráfica/Forense/Fórum, v. 49, p. 51-68, janeiro a março de 1986.

_____. A nova definição de sentença (Lei nº 11.232). *Revista Dialética de Direito Processual*, n. 39, São Paulo: Saraiva, p. 78-85, junho 2006.

_____. Ações cumuladas. Necessidade de julgamento explícito de todas. *Temas de direito processual*, 2. série. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 133-145.

_____. Breve notícia sobre a reforma do processo civil alemão. *Temas de direito processual*, 8. série, São Paulo: Saraiva, 2004, p. 199-210.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. V. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. Correlação entre pedido e sentença. *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, v. 26, p. 52-59, janeiro a março 1996.

_____. Item do pedido sobre o qual não houve decisão. Possibilidade de reiteração em outro processo. *Temas de direito processual*, 2. série. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 241-252.

_____. *O novo processo civil brasileiro*. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. O problema da "divisão do trabalho" entre juiz e partes: aspectos terminológicos. *Temas de direito processual*, 4. série. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 35-44.

_____. Restrições ilegítimas ao conhecimento dos recursos. *Temas de direito processual*, 9. série. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 267-282.

_____. Sentença objetivamente complexa, trânsito em julgado e rescindibilidade. *Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras Jurídicas, n. 29, p. 93-106, 2006.

_____. Sobre pressupostos processuais. *Temas de direito processual*, 4. série. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

BARIONI, Rodrigo. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. Coordenação WAMBIER, Teresa Celina de Arruda Alvim; DIDIER JUNIOR, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Efeito devolutivo da apelação civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. Preclusão diferida, o fim do agravo retido e a ampliação do objeto da apelação no novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 243, p. 269-280, maio de 2015.

BAUR, Fritz. Da importância da dicção "iuria novit curia". Tradução José Manoel de Arruda Alvim Netto. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 3, p. 169-177, julho a setembro de 1976.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Apelação: questões sobre a admissibilidade e efeitos*. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. São Paulo: Procuradoria Geral do Estado, n. especial, p. 107-148, 2003.

_____. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. Coordenação WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JUNIOR, Fredie Souza; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. Nulidades processuais e apelação. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória, n. 1, p. 225-254, 2006.

_____. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. *Causa de pedir e pedido no processo civil: questões polêmicas*. Coordenação BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CRUZ E TUCCI, José Rogério. São Paulo: Revista Tribunais, 2002, p. 13-52.

_____. *Poderes instrutórios do juiz*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BERMUDES, Sérgio. Considerações sobre a apelação no sistema recursal do Código de Processo Civil. *Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 117-125, 1999.

_____. Considerações sobre o efeito suspensivo dos recursos cíveis. *Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, p. 66-71, 2000.

BETTI, Emilio. *Interpretação da lei e dos atos jurídicos*. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BONIZZI, Marcelo José Magalhães. *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*. São Paulo: RCS, 2006.

_____. *Princípios do processo no novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. *Proporcionalidade e processo: a garantia constitucional da proporcionalidade, a legitimação do processo civil e o controle das decisões judiciais*. São Paulo: Atlas, 2006.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignácio. *A causa petendi nas ações reivindicatórias*. *Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Departamento Revista da AJURIS, n. 20, p. 166-180, novembro de 1980.

BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova lei do mandado de segurança*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BÜLOW, Oskar Von. *A teoria ds exceções processuais e dos pressupostos processuais*. Tradução Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2005.

BUZAID, Alfredo. Da lide: estudo sobre o objeto litigioso. *Estudos e pareceres de direito processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 72-132.

CABRAL, Antonio do Passo. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. Coordenação WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JUNIOR, Fredie Souza; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Convenções processuais*. Salvador: JusPodivm, 2016.

CAHALI, Yussef Said. *Honorários advocatícios*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CALAMANDREI, Piero. Appunti sulla “reformatio in peius”. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, v. 6, n. 1, p. 297-307, 1929.

_____. Sobrevivência da querela de nulidade no processo civil vigente. *Instituições de direito processual civil*, v. III. Tradução Douglas Dias Ferreira. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2003, p. 257-274.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Honorários de sucumbência recursal. *Coleção grandes temas do novo CPC – Honorários advocatícios*, v. II. Coordenação COELHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 593-599.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. Coordenação WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JUNIOR, Fredie Souza; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. Os honorários de sucumbência recursal no novo CPC. *Novas tendências do processo civil - estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil*, v. I. Organização FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; DIDIER JUNIOR, Fredie Souza; GARCIA MEDINA, José Miguel; FUX, Luiz; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe; OLIVEIRA, Pedro Miranda de. Salvador: Jus Podium, 2013, p. 361-378.

CAMBI, Eduardo; POMPÍLIO, Gustavo. Honorários norecurso de apelação e questões correlatas. *Coleção grandes temas do novo CPC – Honorários advocatícios*, v. II. Coordenação COELHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 663-672.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2008.

CANOVA, Augusto Cerino. La domanda giudiziale ed il suo contenuto. *Commentario del Codice di Procedura Civile*, I. II, t. I. Coordenação ALLORIO, Enrico. Torino: UTET, 1980.

CAPONI, Remo. L'appello nel sistema delle impugnazioni civili (note di comparazione anglo-tedesca). *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, ano 64, n. 3, p. 631-645, maio a junho 2009.

CARNACINI, Tito. Tutela jurisdiccional y tecnica del proceso. Tradução Aurélio Romo. *Revista de la Facultad de Derecho de México*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, n. 12, p. 97-182, outubro a dezembro de 1953.

CARNEIRO, Athos Gusmão. O juízo recursal e as novas questões de fato. *Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Departamento Revista da AJURIS, n. 62, p. 5-10, novembro de 1994.

CARNELUTTI, Francesco. *Como se faz um processo*. Tradução Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: Russel, 2009.

_____. *Sistema de direito processual civil*, v. I. Tradução Hiltomar Martins Oliveira. 2. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2004.

_____. *Sistema de direito processual civil*, v. II. Tradução Hiltomar Martins Oliveira. 2. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2004.

_____. *Teoria geral do direito*. Tradução Antônio Carlos Ferreira. São Paulo: Lejus, 2000.

CARVALHO, Milton Paulo de. *Do pedido no processo civil*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1992.

_____. Pedido novo e aditamento do pedido. O art. 294 do Código de Processo civil na sua nova redação. *Processo civil, evolução, 20 anos de vigência*. Coordenação CRUZ E TUCCI, José Rogério. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 169-177.

CATAUDELLA, Antonino. *Fattispecie. Enciclopedia del diritto*, v. XVI, Milano: Giuffrè, 1967.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e prática dos juizados especiais cíveis*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Tradução Paolo Capitanio. 4. ed. Campinas: Bookseller, 2009.

_____. *Principios de derecho procesal civil*, t. I. Tradução José Casáis y Santaló. Madrid: Editorial Reus, 1922.

_____. *Principios de derecho procesal civil*, t. II. Tradução José Casáis y Santaló. Madrid: Editorial Reus, 1925.

COELHO, Gláucia Mara. Direito processual civil português. *Direito processual civil europeu contemporâneo*. Coordenação CRUZ E TUCCI, José Rogério. São Paulo: Lex, 2010, p. 285-331.

_____. *Sistematização da assistência litisconsorcial no processo civil brasileiro: conceituação e qualificação jurídica*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Corrado; TARUFFO, Michele. *Lezioni sul processo civile*, v. I. 5. ed. Bolonha: Il Mulino, 2011.

CONSOLO, Claudio. Domanda giudiziale. *Digesto delle discipline privatistiche – sezione civile*, v. VII. Torino: UTET, 1998.

_____. *Mutatio libelli: l'accettazione tacita o presunta e l'eccezione di domanda nuova, ovvero di un costrutto giurisprudenziale incoerente*. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, n. 45, p. 620-649, 1990.

_____. *Spiegazioni di diritto processuale civile*, v. II. 10. ed. Torino: G. Giappichelli, 2015.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. Direito processual civil alemão. *Direito processual civil europeu contemporâneo*. Coordenação CRUZ E TUCCI, José Rogério. São Paulo: Lex, 2010, p. 11-53.

_____. *Governança judicial*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. *O objeto litigioso no processo civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CORREIA FILHO, Antonio Carlos Nachif. *Julgamentos parciais no processo civil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

COSTA E SILVA, Paula. *Acto e processo – o dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*. Coimbra: Coimbra, 2003.

COSTA, Sérgio. “Ius superveniens”. *Novissimo digesto italiano*, v. IX. Torini: UTET, 1963, p. 391-392.

COUTURE, Eduardo Juan. *Fundamentos do direito processual civil*. Tradução Henrique de Carvalho. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

CRESCI SOBRINHO, Elicio de. Fatos supervenientes. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 93, p. 318-322, janeiro a março de 1999.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *A causa petendi no processo civil*. 3. ed. São Paulo: Revista Tribunais, 2009.

_____. A denominada “situação substancial” como objeto do processo na obra de Fazzalari. *Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Departamento Revista da AJURIS, n. 60, p. 63-77, março 1994.

_____. A regra da eventualidade como pressuposto da denominada teoria da substanciação. *Revista do Advogado*. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo, n. 40, p. 39-43, 1993.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. VII. Coordenação GOUVÊA José Roberto Ferreira; BONDIOLI, Luís Guilherme Aidar; FONSECA, João Francisco Naves da. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. Garantia do processo sem dilações indevidas: responsabilidade do Estado pela intempestividade da prestação jurisdicional. *Revista da Faculdade de Direito*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 97, p. 323-345, 2002.

_____. *Jurisdição e poder: contribuição para a história dos recursos cíveis*. São Paulo: Saraiva, 1987.

_____; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil lusitano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. Sobre a eficácia preclusiva da decisão declaratória de saneamento. *Saneamento do processo: estudos em homenagem ao Prof. Galeno Lacerda*. Organização OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1989, p. 275-290.

_____; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. Reflexões sobre a cumulação subsidiária de pedidos. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 90, n. 786, p. 57-67, 2001.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. *A atendibilidade dos fatos supervenientes no processo civil: uma análise comparativa entre o sistema português e brasileiro*. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. DIDIER JUNIOR, Fredie Souza. Agravo de instrumento contra decisão que versa sobre competência e a decisão que nega eficácia a negócio jurídico processual na fase de conhecimento. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 242, p. 275-284, abril 2015.

_____. DIDIER JUNIOR, Fredie Souza. Apelação contra decisão interlocutória não agravável: a apelação do vencido e a apelação subordinada do vencedor: duas novidades do CPC/2015. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 40, n. 241, p. 231-242, março 2015.

DIDIER JUNIOR, Fredie Souza. Contradireitos, objeto litigioso do processo e improcedência no CPC-2015. *Coleção grandes temas do novo CPC – improcedência*, v. IV. Coordenação MOUZALAS, Rinaldo; SILVA, Blecaute Oliveira; MARINHO, Rodrigo Saraiva. Coordenação Geral DIDIER JUNIOR, Fredie Souza. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 61-72.

_____. CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*, v. III. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

_____. Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental no novo Código de Processo Civil brasileiro. *Civil Procedure Review*, v. 6, n. 1, p. 81-94, janeiro a abril de 2015.

_____. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. *Ativismo judicial e garantismo processual* DIDIER JUNIOR, Fredie Souza; NALINI, José Renato; RAMOS, Glauco Gumerato; LEVY, Wilson. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 207-217.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. Ação rescisória contra decisão interlocutória. *Nova era do processo civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 283-292.

_____. *Capítulos de sentença*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Instituições de direito processual civil*, v. I. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. *Instituições de direito processual civil*, v. II. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Instituições de direito processual civil*, v. III. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. O conceito de mérito em processo civil. *Fundamentos do processo civil moderno*, t. I. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 299-348.

_____. O efeito devolutivo da apelação e de outros recursos. *Nova era do processo civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 163-184.

_____. Os efeitos dos recursos. *Nova era do processo civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 114-161.

DUARTE, Nestor. *Código Civil comentado*. Coordenação PELUSO, Antonio Cezar. Barueri: Manole, 2007.

ELIAS, Carlos Eduardo Stefen. *Apelação: os limites objetivos do efeito devolutivo*. São Paulo: Atlas, 2010.

FAZIA, César Cipriano de. Honorários advocatícios e sucumbência recursal. *Coleção grandes temas do novo CPC – Honorários advocatícios*, v. II. Coordenação COÊLHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 621-633.

FAZZALARI, Elio. *Instituições de direito processual*. Tradução Elaine Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.

_____. Riflessioni generali sulla riforma. *La riforma del processo civile*. Verona: CEDAM, 1992, p. 291-297.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. A função revisora dos tribunais na perspectiva histórica e jusfundamental: o direito de recorrer. Origens e limites externos. *Revista Jurídica LEX*, n. 81, São Paulo: Lex, p. 11-28, maio a junho 2016.

FONSECA, Bartolomé Rodríguez; ORTEGA, José Maria de. *Cuerpo del derecho civil*. Barcelona: Narciso Ramirez y Compañia, 1874.

FONSECA, João Francisco Naves da. *Exame dos fatos nos recursos extraordinário e especial*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

FREDERICO MARQUES, José. *Manual de direito processual civil*, v. I. São Paulo: Saraiva, 1974.

_____. *Manual de direito processual civil*, v. II. São Paulo: Saraiva, 1974.

_____. *Manual de direito processual civil*, v. III. São Paulo: Saraiva, 1974.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. O princípio constitucional da tutela jurisdicional sem dilações indevidas e o julgamento *antecipadíssimo* da lide. *Revista da Escola Paulista da Magistratura*. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, n. 2, p. 103-136, julho a dezembro de 2006.

GIANNICO, Maurício. *A preclusão no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOLDSCHMIDT, James. *Direito processual civil*. Tradução Ricardo Rodrigues Gama. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. *Princípios gerais do processo civil*. Tradução de Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*, v. I. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Direito civil brasileiro*, v. II. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Direito civil brasileiro*, v. VI. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle jurisdicional de políticas públicas. *O controle jurisdicional de políticas públicas*. Coordenação GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 125-150.

GUIMARÃES, Luiz Machado. Efeito devolutivo da apelação. *Estudos de direito processual*. Rio de Janeiro: Jurídica e Universitária, 1969, p. 216-226.

HABSCHEID, Walther Jakob. L'oggetto del processo nel diritto processuale civile tedesco. Tradução Angela Loaldi. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: Cedam, n. 3, p. 454-464, 1980.

JAUERNIG, Othmar. Direito Processual Civil. 25. ed., totalmente refundida, da obra criada por Friedrich Lent. Coimbra: Almedina, 2002.

JORGE, Flávio Cheim. Os honorários advocatícios e o recurso de apelação: um enfoque especial nos honorários recursais. *Coleção grandes temas do novo CPC – Honorários advocatícios*, v. II. Coordenação COELHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 685-709.

_____. *Teoria geral dos recursos*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____; SIQUEIRA, Thiago Ferreira. Um novo paradigma para o juízo de admissibilidade dos recursos cíveis. *Revista do Advogado*. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo, n. 126, p. 83-88, maio de 2015.

KNIJNIK, Danilo. *O recurso especial e a revisão da questão de fato pelo superior tribunal de justiça*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

KOMATSU, Roque. *Da invalidade no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

LACERDA, Galeno Vellinho de. *Despacho saneador*. 3. ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1990.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. *Duplo grau de jurisdição no direito processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Causa de pedir e pedido: o direito superveniente*. São Paulo: Método, 2006.

_____. Cognição judicial em grau de apelação, à luz das reformas do CPC. *Justitia*. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, v. 64, n. 197, p. 199-210, julho a dezembro de 2007.

_____. *Manual do processo coletivo*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Objeto litigioso do processo e o princípio do duplo grau de jurisdição. *Causa de pedir e pedido no processo civil: questões polêmicas*. Coordenação BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CRUZ E TUCCI, José Rogério. São Paulo: Revista Tribunais, 2002, p. 343-410.

_____. Revisitando a teoria geral dos recursos: o efeito suspensivo. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins*, v. IX. Organização NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 466-526.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Agravo nos autos do processo e apelação da parte contrária. *Estudos sobre o processo civil brasileiro*. Araraquara: Bestbook, 2004 p. 131-135.

_____. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada material*. Tradução Alfredo Buzaid, Benvindo Aires e, dos textos posteriores a 1945, Ada Pellegrini Grinover. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. *Embargos do executado*. Campinas: Bookseller, 2003.

_____. *Manual de direito processual civil*, v. I. Tocantins: Intelectos, 2003.

_____. *Manual de direito processual civil*, v. III. Tocantins: Intelectos, 2003.

_____. Parte o capo di sentenza. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, v. 19, p. 47-63, 1964.

LIMA, Alcides de Mendonça. Abuso do direito de demandar. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 5, n. 19, p. 57-66, julho a setembro de 1980.

_____. *Introdução aos recursos cíveis*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

_____. O princípio da probidade no Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília: Senado Federal, v. 16, n. 61, p. 189-220, janeiro a março de 1979.

LOBÃO. Manoel de Almeida e Sousa de. *Segundas linhas sobre o processo civil*, v. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Os honorários recursais no novo Código de Processo Civil. *Coleção grandes temas do novo CPC – Honorários advocatícios*, v. II. Coordenação COELHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 601-608.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *História da justiça e do processo no Brasil do século XIX*. Curitiba: Juruá, 2017.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Abuso do exercício do direito de recorrer. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais*. Coordenação NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 873-904.

_____. Art. 515, 3º, do Código de Processo Civil, ordem pública e prequestionamento. *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais: estudos em homenagem à professora*

Teresa Arruda Alvim Wambier. Coordenação MEDINA, José Miguel Garcia; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; CERQUEIRA, Luis Otavio Sequeira de. GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 37-46.

_____. Inovações do Código de Processo Civil de 2015 e seus reflexos em matéria recursal. *O Novo Código de Processo Civil*. Organização MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. Rio de Janeiro: Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região, 2016, p. 307-319.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. *Código de Processo Civil interpretado e anotado*. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

MACHADO, Marcelo Pacheco. *Demanda e tutela jurisdicional: estudo sobre forma, conteúdo e congruência*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

MALLET, Estêvão. Reforma da sentença terminativa e julgamento imediato do mérito no processo do trabalho. *Revista da Faculdade de Direito*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 98, p. 245-268, 2003.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Recurso extraordinário e recurso especial*. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MANDRIOLI, Crisanto. CARRATA, Antonio. *Diritto processuale civile*, v. I, 25. ed. Torino: G. Giappichelli, 2016.

_____; _____. *Diritto processuale civile*, v. II, 25. ed. Torino: G. Giappichelli, 2016.

MARCATO, Ana Cândida Menezes. *O princípio do duplo grau de jurisdição e a reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Teoria geral do processo*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil*, v. I. São Paulo: Revista Tribunais, 2015.

_____; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil*, v. II. São Paulo: Revista Tribunais, 2015.

MENDES, Anderson Cortez. Dever de fundamentação no novo código de processo civil e os precedentes vinculantes. *Revista Eletrônica de Direito Processual*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 16, p. 2-28, julho a dezembro de 2015.

_____; TOKASHIKI, André Shinji; KUHL, Emílio Frederico Perillo. Os honorários advocatícios sucumbenciais e o novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 258, p. 61-83, agosto de 2016.

_____; CAPIOTTO, Gabriele Mutti. Saneamento do processo no novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 266, p. 79-97, abril de 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MITIDIERO, Daniel. Autonomização e estabilização da antecipação da tutela no novo Código de Processo Civil. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*. Porto Alegre: Magister, n. 63, p. 24-29, novembro a dezembro de 2014.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. Preclusão. *Saneamento do processo: estudos em homenagem ao Prof. Galeno Lacerda*. Organização OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1989, p. 141-183.

MONTEIRO, João. *Programma do curso de processo civil: ou apontamentos para as lições da 3. cadeira do 4. anno da Faculdade de Direito de S. Paulo*, v. III. São Paulo: Typographia da Industrial, 1901.

MONTERO AROCA, Juan; GÓMEZ COLOMER, Juan Luis; BARONA VILAR, Silvia; CALDERÓN CUADRADO, Maria Pía. *Derecho jurisdiccional*, v. II. 23. ed. Valência: Tirant lo Blanch, 2015.

_____. La nueva Ley de Enjuiciamiento Civil española y la oralidade. *Revista de la Facultad Derecho*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, n. 53, p. 583-668, 2000.

NEGRÃO, Theotonio; GOUVEA, José Roberto Ferreira. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Princípios do processo na Constituição Federal*. 10. ed. São Paulo: Revista Tribunais, 2010.

_____. *Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015*. São Paulo: Método, 2015.

_____. *Preclusões para o juiz: preclusão pro iudicato e preclusão judicial no processo civil*. São Paulo: Método, 2004.

NEVES, Celso. O princípio da congruência no processo civil e os fatos supervenientes. *Revista da Faculdade de Direito*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 72, p. 319-324, 1977.

NOGUEIRA, Gláucia Assalín. *O julgamento parcial: possibilidade de cisão do julgamento de mérito relativamente à parte incontroversa da demanda*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.

NUNES, Dierle; DUTRA, Victor Barbosa; OLIVEIRA JÚNIOR, Délio Mota. Honorários no recurso de apelação e questões correlatas. *Coleção grandes temas do novo CPC – Honorários advocatícios*, v. II. Coordenação COELHO, Marcus Vinícius Furtado; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 635-661.

OLIVA SANTOS, Andrés de la. Díez-PICAZO GIMÉNEZ, Ignacio; VEGAS TORRES, Jaime. *Curso de derecho procesal civil*, v. II. 3. ed. Madrid: Universitaria Ramón Areces, 2016

_____. *Objeto del proceso y cosa juzgada en el proceso civil*. Madrid: Civitas, 2005.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. *Conexidade e efetividade processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. A “interlocutória faz de conta” e o “recurso ornitorrinco”. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 37, n. 203, p. 73-96, janeiro 2012.

OLIVEIRA, Gleydson Kleber Lopes. *Apelação no direito processual civil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Pedro Miranda. O regime especial do agravo de instrumento contra a decisão parcial de mérito. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 264, p. 183-204, fevereiro 2017.

OLIVEIRA, Swarai Cervone de. *Jurisdição voluntária: perspectiva atual à luz da teoria geral e da instrumentalidade do processo civil reflexos sobre o âmbito da aplicação da discricionariedade judicial*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

ORESTANO, Riccardo. Appello (Diritto Romano). *Enciclopedia del diritto*, v. II. Milano: Giuffrè, 1958, p. 708-714.

ORMAZÁBAL SÁNCHEZ, Guillermo. *Introducción al derecho procesal*. 6. ed. Madrid: Marcial Pons, 2016.

_____. *Iura novit curia: la vinculación del juez a la calificación jurídica de la demanda*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

PAULA BAPTISTA, Francisco de. *Compendio de theoria e pratica do processo civil comparado com o commercial e de hermeneutica jurídica, para uso das faculdades de direito do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1901.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*, v. I. 21. ed. Atualização Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. *Primeiras linhas sobre o processo civil*, t. I. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1863.

_____. *Primeiras linhas sobre o processo civil*, t. II. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1863.

PÉREZ RAGONE, Álvaro J.; ORTIZ PRADILLO, Juan Carlos. *Código Procesal Civil alemán (ZPO)*. Tradução com estudo introdutório ao proceso civil alemão contemporâneo Hanns Prütting e Sandra de Falco. Montevideu: Fundación Konrad-Adenauer, 2006.

PIGNATARI, Alessandra Aparecida Calvosso Gomes. *Efeitos processuais da declaração de inconstitucionalidade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.

PIMENTA, Paulo. *Processo civil declarativo*. Coimbra: Almedina, 2015.

PISSARA, Nuno Andrade. O conhecimento de factos supervenientes relativos ao mérito da causa pelo tribunal de recurso em processo civil. *Revista da Ordem dos Advogados*. Lisboa: Ordem dos Advogados, ano 72, v. I, p. 287-334, janeiro a março de 2012.

PROTO PISANI, Andrea. Appunti sull'appello civile (alla stregua della L. 353/90). *Il Foro Italiano*, Roma: Società Editrice Il Foro Italiano, n. 117, p. 193-209, 1994.

_____. *Lezioni di diritto processuale civile*. Atualização Remo Caponi. 6. ed. Napoli: Jovene, 2014.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*, t. VII. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PUOLI, José Carlos Baptista. Breves considerações a respeito dos efeitos da apelação. *Direito processual civil*, v. II. Coordenação CARVALHO, Milton Paulo de; CASTRO, Daniel Penteado de. São Paulo: Quartier Latin, 2011, p. 387-399.

_____. *Os poderes do juiz e as reformas do processo civil*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

RASCIO, Nicola. *L'oggetto dell'appello civile*. Napoli: Jovene, 1996.

RAMALHO, José Ignacio. *Practica civil e comercial*. São Paulo: Typografia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1861.

REDENTI, Enrico; VELLANI, Mario. *Diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 2011.

REZENDE FILHO, Gabriel José Rodrigues de. *Curso de direito processual civil*, v. III. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1966.

RICCI, Gian Franco. Individuazione o sostanziazione nella riforma del processo civile. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*. Milano: Giuffrè, n. 4, p. 1.227-1.251, dezembro de 1995.

RODRIGUES, Walter Piva. Verba honorária sucumbencial, em especial a instituição de “honorários recursais”. *Cadernos Jurídicos*. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, v. 16, p. 133-140, 2015.

ROSENBERG, Leo. *Tratado de derecho procesal civil*, t. II. Tradução Angela Romera Vera. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1955.

SÁ, Djanira Maria Radamés de. *Duplo grau de jurisdição: conteúdo e alcance constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1999.

SANCHES, Sidney. Objeto do processo e objeto litigioso do processo. *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, n. 55, p. 13-28, novembro a dezembro de 1978.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*, v. II. 22. ed. Atualização Aricê Moacyr Amaral Santos. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. *Primeiras linhas de direito processual civil*, v. III. 26. ed. Atualização Maria Beatriz Amaral Santos Köhnen. São Paulo: Saraiva, 2013.

SATTA, Salvatore. *Direito processual civil*, v. I. Tradução Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.

_____. *Direito processual civil*, v. II. Tradução Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.

SCHÖNKE, Adolf. *Direito processual civil*. Tradução Karina Andrea Fumberg, Vera Longuini e Diego Alejandro Fabrizio. Campinas: Romana, 2003.

SCHWAB, Karl Heinz. *El objeto litigioso en el proceso civil*. Tradução Tomas A. Banzhaf. Buenos Aires: Livraria dos Advogados, 1968.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. *Dos recursos ordinários em matéria civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1946.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Cognição do juiz na execução civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. Direito processual civil espanhol. *Direito processual civil europeu contemporâneo*. Coordenação CRUZ E TUCCI, José Rogério. São Paulo: Lex, 2010, p. 71-112.

_____. O agravo e o “mito de Prometeu”: considerações sobre a lei n. 11.187/2005. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins*, v. IX. Organização NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 193-219.

_____. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *Preclusão processual civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Primeiras impressões sobre a “estabilização da tutela antecipada”. *Revista do Advogado*. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo, n. 126, p. 115-123, maio de 2015.

_____. *Recorribilidade das interlocutórias e sistema de preclusões no novo CPC – primeiras impressões*. Disponível em https://www.academia.edu/17570239/2015_-_Recorribilidade_das_interlocutórias_e_sistema_de_preclusões_no_novo_CPC_rev. Acessado em 10 de janeiro de 2017.

SILVA, José Afonso da. *Do recurso adesivo no processo civil brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Limites objetivos da coisa julgada no atual direito brasileiro. *Sentença e coisa julgada: ensaios e pareceres*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 103-137.

SILVA, Ricardo Alexandre da. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. Coordenação WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JUNIOR, Fredie Souza; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SIQUEIRA, Thiago Ferreira. Duplo grau de jurisdição e “teoria da causa madura” no Novo Código de Processo Civil. *Processos nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. Organização MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 583-610.

SOUZA, Artur César de. *Código de Processo Civil anotado, comentado e interpretado: parte geral (arts. 1 a 317)*, v. I. São Paulo: Almedina, 2015.

TARZIA, Giuseppe. O novo processo civil de cognição na Itália. Tradução Clayton Maranhão. *Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Departamento Revista da AJURIS, n. 65, p. 73-91, novembro de 1995.

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel. Aspectos do novo processo civil português. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 86, p. 174-184, abril a junho de 1997.

_____. Reflexões sobre a reforma dos recursos, p. 1-22. Disponível em <http://www.trc.pt/docs/confintmts.pdf>. Acessado em 3 de março de 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Abuso de direito processual no ordenamento jurídico brasileiro. *Abuso dos direitos processuais*. Coordenação BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 93-129.

TJÄDER, Ricardo Luiz da Costa. *Cumulação eventual de pedidos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

VELLANI, Mario. Appello (Diritto Processuale Civile). *Enciclopedia del diritto*, v. II. Milano: Giuffrè, 1958, p. 718-756.

VIGNALI, Giovanni. *Corpo del diritto*. Napoli: Achille Morelli, 1859.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Os agravos no CPC brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Nulidades do processo e da sentença*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

WATANABE, Kazuo. *Cognição no processo civil*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

YARSHELL, Flávio Luiz. Brevíssimas reflexões sobre o sistema recursal no novo Código de Processo Civil. *Cadernos Jurídicos*. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, v. 16, p. 27-31, 2015.

_____. Convenção das partes em matéria processual no Novo CPC. *Revista do Advogado*. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo, n. 126, p. 89-94, maio de 2015.